

As cidades globais e megaeventos: um diagnóstico na produção dos sentidos

Global cities and mega-events: a diagnosis of the production of meaning

Monica Christina Pereira de Sousa¹
Vania Oliveira Fortuna²

Resumo:

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre cidade, megaeventos e produção de sentidos. Mídia e governo constroem um consenso discursivo sobre o projeto neoliberal de cidade implementado no Rio de Janeiro, aprisionando a polissemia de sentidos da cidade num sentido único: o de cidade global. Os megaeventos esportivos, sobretudo os Jogos Olímpicos, atuam como estratégia discursiva de legitimação das grandes intervenções urbanas ocorridas na cidade, visto que são catalisadores de investimentos e têm forte apelo simbólico, exacerbando sentimentos de pertencimento e patriotismo. Para entendermos como os megaeventos tornaram-se estratégias espaciais e discursivas da política urbana global neoliberal, apresentamos um debate teórico sobre cidades globais.

Palavras-chave: comunicação e culturas urbanas; megaeventos; cidades globais; produção de sentidos.

Abstract:

This paper proposes a critical reflection on the city, mega-events and the production of meanings. The media and the government construct a discursive consensus on the neoliberal project of the city implemented in Rio de Janeiro, capturing the polysemy of the meanings of the city in one direction: the global city. Mega sport events, especially the Olympics, act as a discursive strategy of legitimization of the great urban interventions occurring in the city, since they are catalysts of investments and they have strong symbolic appeal, exacerbating feelings of belonging and patriotism. To understand how mega-events have become spatial and discursive strategies of neoliberal global urban policy, we present a theoretical debate about global cities.

Keywords: communication and urban cultures; mega-events; global cities; production of meanings.

¹ Pós-doutoranda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Veiga de Almeida (campi Cabo Frio/Tijuca)
e-mail: monica.cpsousa@gmail.com

² Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professora do curso de Comunicação Social do Ibmec e da Universidade Veiga de Almeida
e-mail: vaniafortuna@gmail.com.

Penso nas raças convivendo nos outdoors da Benetton; nas melodias flamencas, italianas, inglesas e de sociedades não europeias que “superam” suas diferenças locais nas turnês dos três tenores; nas exposições universais, nos espetáculos olímpicos e nas festas esportivas que “irmanam os povos” e oferecem ao mundo versões simplificadas do diverso e do múltiplo (CANCLINI, 2003, p.184).

O cenário não poderia ser mais propício para trazermos à discussão a miríade de possibilidades na relação entre a cidade, a mídia, os sentidos e os megaeventos: três grandes eventos marcaram o Rio de Janeiro em 2013 (Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Rock in Rio) e 2014 (Copa do Mundo), e temos, neste ano, os Jogos Olímpicos de 2016. Ao mesmo tempo, o ano de 2013 configurou-se como momento limiar na história do Rio: se, de um lado, os megaeventos transformavam a cidade, de outro, uma série de manifestações protestava contra os altos investimentos em grandes eventos esportivos. Nesse imbróglio, percebemos como os sentidos podem ser sempre ambíguos, pois a reurbanização que prepara a cidade para os megaeventos, visando ao objetivo maior de entrar para o rol das cidades globais, é a mesma que mascara uma série de problemas estruturais e sociais.

É por esse viés que o presente trabalho propõe um debate teórico sobre cidade e produção de sentidos, pois tal reflexão norteou

pesquisas distintas sobre os discursos do “Rio cidade global” a partir do Porto Maravilha e sobre a integração da cidade com o subúrbio pela perspectiva midiática do Parque Madureira. Para essa discussão, que tange aspectos teóricos, traremos as contribuições de autores que investigam a multiplicidade de sentidos que atravessa o signo cidade, bem como a tentativa de aprisionamento dessa polissemia num sentido único, por estratégias espaciais e discursivas da política urbana neoliberal, a saber, as cidades globais.

Sujeitamo-nos aos atravessamentos que tornam os discursos produções vivas, passíveis de polissemia e paráfrase, o que nos leva a perceber e a entender os espaços como dinâmicos e, por isso, passíveis do efeito metafórico nos sentidos dados à cidade (ORLANDI, 2007), que se flexibiliza entre maravilhosa e caótica, entre turística e violenta. A mesma lógica maniqueísta de bom e ruim estabelecida na geografia urbana – que cria espaços de “sonhos” e outros que carregam as “mazelas” da cidade – se prolonga nos

significados dos megaeventos e em toda a carga simbólica que engendram.

A leitura das imagens textuais pressupõe a exigência de referência aos ambientes nos quais o discurso é gerado. De tal maneira que, se somos sujeitos da cultura, somos, ao mesmo tempo, capazes, como indivíduos, de recusar, de romper com sentidos previamente determinados. Podemos buscar em Orlandi (2007) a “independência” do sujeito-indivíduo na negociação entre os condicionantes e, por conseguinte, a possibilidade de lidar mais livremente com os sentidos. Os discursos são dinâmicos e não algo dado como engessado no mundo. O caráter fluido do discurso está justamente no seu sentido de produção histórica e fruto dos embates políticos, de tal modo que sua legitimidade não existe visto que é aberto à construção.

Em *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (2008) nos aponta o discurso como prática de representação do mundo e de significação, o que o coloca numa posição de constituir e construir o mundo em significados. Pela perspectiva do autor, as práticas discursivas podem reiterar o mundo já concebido, ao mesmo tempo em que estão aptas a transformá-lo. Deste modo, são desenvolvidas na articulação dos discursos com o contexto social no qual estão inseridos.

A estrutura discursiva que

procura condicionar o sujeito está imersa na possibilidade de romper com as artimanhas das relações de poder. Assim, os sentidos dos espaços se dinamizam em tais rompimentos. Para Fairclough (2008), a luta hegemônica trava-se por meio de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos assim como se processam nos discursos; o que implica uma concepção dialética da relação entre as estruturas e os eventos discursivos. Com relação às estruturas discursivas, o autor as considera como ordens de discurso com a configuração de elementos mais ou menos instáveis. Já para a noção do texto (a sua materialidade), Fairclough adota uma concepção centrada na intertextualidade e na maneira como se articulam textos e convenções prévias.

O projeto de cidade implementado pela gestão Eduardo Paes começou a ser delineado na década de 1990 pelo prefeito César Maia (1993-1996/ 2001-2004 /2005-2008) que, inspirado nas intervenções urbanas de Barcelona para receber os Jogos Olímpicos de 1992, introduziu aqui o modelo de planejamento estratégico. César Maia pretendia transformar o Rio numa cidade global a partir de um modelo neoliberal aplicado em cidades internacionais que se tornaram paradigmas. Nessa concepção urbana, os megaeventos

esportivos convertem-se em estratégia discursiva para que grandes intervenções urbanas sejam autorizadas. Seu apelo simbólico estimula a afloração de sentimentos de pertencimento, de patriotismo e de união entre os povos, e é fortemente capturado pelos discursos em busca de apoio popular.

César Maia planejava qualificar a cidade para que fosse uma forte candidata a sede dos Jogos Olímpicos de 2004, mas a cidade foi eliminada. O fracasso da candidatura desencadeou políticas mais agressivas de *marketing* urbano. Em 2002, o Rio foi eleito sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, megaevento que se converteu em prioridade para César Maia, haja vista que o sucesso do empreendimento seria fundamental para a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016. A eleição da cidade como sede das Olimpíadas foi determinante para que a “revitalização” da zona portuária saísse do papel na gestão de Paes, tendo sido já idealizada por Cesar Maia. Com efeito, estamos diante do agendamento de uma concepção de cidade que se prolonga por mais de vinte anos.

O Porto Maravilha, o Parque Olímpico em Jacarepaguá e as obras de mobilidade urbana visando à abertura de vias expressas para a implantação dos corredores de BRT¹, bem como do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ligando o

Centro à zona portuária, são compromissos assumidos com a organização dos Jogos Olímpicos e, portanto, também fazem parte do repertório discursivo dos legados. É emblemático perceber que tais empreendimentos apontam para um objetivo maior, a saber, a especulação imobiliária, potencializada por discursos que ordenam e aprisionam sentidos por meio de uma violência simbólica que “naturaliza” as consequências negativas do “Rio, cidade global”.

Os discursos sobre megaeventos esportivos, sobretudo os Jogos Olímpicos, tecem uma nova imagem do Rio de Janeiro, visto que “esses eventos internacionais revelam desejos por uma cidade ideal, espetáculos da modernidade e imaginários midiáticos” (JAGUARIBE, 2011, p. 1). Jaguaribe afirma que estamos num processo inevitável de *branding*, em que estratégias midiáticas vendem uma imagem da cidade que possa captar investimentos e turismo. Sob o mesmo viés, Vainer (2012) alerta que o desejo de vender a imagem do Rio no mercado simbólico leva a cidade a operar como uma empresa, em que a mídia mascara as contradições e trava um debate silencioso para aproveitar as oportunidades de negócios geradas pelos megaeventos. Pensar que a cidade passa por uma oportunidade única faz com que se estabeleça uma “política do vale-tudo”.

Cidade e multiplicidade de sentidos

Os estudos sobre as cidades tornaram-se fundamentais para a comunicação social, pois nelas encontramos importante simbologia midiática. Benjamin (2006) já imprimira sua inquietação pelo espaço urbano em suas narrativas sobre a Paris do século XIX. O cotidiano repleto de urgências da cidade moderna, instigantemente narrado por Benjamin, reconfigura-se na metrópole contemporânea, percebida por Nestor Garcia Canclini (1995) como um videoclipe, produto de uma profusão de imagens descontínuas, que chegam de todas as partes, e que, nessa desordem, propõe uma possível ordem.

Passear sem destino pela cidade e assim apreender o que ela deseja transmitir é o que Certeau chama de “jogos dos passos ou enunciação pedestre” (1994, p. 176). Os caminhantes, definidos pelo autor como “praticantes”, reordenam o espaço urbano na medida em que, a todo o momento, criam e recriam relações com a cidade. Sob o mesmo viés, Canevacci (2004) afirma que a condição para elaborar uma metodologia mais ou menos precisa da comunicação urbana é “querer perder-se” na cidade, pois somente ao sentir-se um estrangeiro, desenraizado, desterritorializado, é que a pessoa poderá apreender novas

possibilidades cognitivas e reconstruir uma identidade metropolitana.

Um dos pontos de introdução ao pensamento de Orlandi (2004), que nos leva a compreender a cidade a partir de seu discurso é que a cidade e os corpos que a compõem formam uma unidade em que ambos os destinos estão atrelados em suas dimensões culturais, econômicas, históricas e sociais. Uma simbiose já trabalhada por Sennett em *Carne e Pedra* (2008). Tal corpo único revela-nos a complexidade do estudo das relações discursivas dos espaços da cidade, já que neles se justapõem os sujeitos, os espaços e as práticas (sociais e discursivas).

A primeira complexidade com que nos defrontamos é a quase frustrante tentativa de definirmos “cidade”. Numa pesquisa que pode ser incessante, é possível encontrar caminhos que vão desde o número de habitantes às atividades produzidas na (e pela) cidade, até percursos que se configuram em oposição ao rural ou se aproximam do conceito de civilidade e modos de condutas sociais. Mais importante aqui do que buscar uma definição “verdadeira” de cidade é entendê-la pela heterogeneidade de seus sujeitos. Se há caminhos que buscam o comum para o aglomerado da cidade, é justamente o oposto que pensamos, quando entendemos aqui a cidade para

além das totalidades estética, econômica, produtiva/industrial e política – mesmo que todas essas dialoguem.

Segundo Orlandi (2004), a cidade se faz na troca de experiências, na proximidade (e até na distância) entre os indivíduos e nos deslocamentos espaçotemporais responsáveis pelas reconfigurações assumidas pelas cidades. A sensibilidade à capacidade flexível de reconfigurar-se aproxima-nos de um entendimento da cidade pelas alterações possíveis nos sujeitos e na ordem social. As cidades estruturam-se pelos contrastes (aparentes) de heterogeneidade e padronização, subordinação ao que é do coletivo ao mesmo tempo em que sobressai seu “quê” de dispersão e de individualidade, o que para Orlandi aponta “a mobilidade do indivíduo no campo de um grande número de indivíduos diferentes concentrados em um mesmo espaço” (ORLANDI, 2004, p.12).

Acrescentamos o constante movimento de “in” e “out” no próprio coletivo, nos grupos de espaços que compõem a cidade. Por tratar-se de um coletivo de espaços pertencentes a uma instituição administrativa, o binômio coletivo/individual aplica-se também a um grupo/coletivo no qual o individual pode ser caracterizado na analogia com “muitos indivíduos” de um grupo. E aí voltamos a um ponto

central na questão que nos é cara: a cidade como um constante processo que se desenha na mobilidade de relações, de movimentos, de iniciativas, de embates, de alteridade, de diferenças e, porque não, de desigualdades.

Há uma vasta bibliografia que se dedica exaustivamente à busca pelos meandros e compreensão sobre o conceito de cidade, passando pelo crivo definidor a partir da quantidade de pessoas, dos índices comerciais da área, das presenças obrigatórias de determinadas construções e serviços, da velocidade da informação. Podemos encontrar, inclusive, quem a entende a partir da tríade: espaço próprio, de um não tempo sincrônico e da criação da cidade como um “sujeito universal”, como nos apresenta Certeau (1994). São pontos de vista que não se excluem, mas complementam-se quando entendemos que o que predomina são os gestos de interpretar seus sentidos.

O que está em questão para Orlandi é a sobreposição do urbano na constituição e entendimento da cidade. Além de se sobrepor também ao social da cidade, de tal forma que, embora determinações de sujeito e de espaços se cruzem na cidade para criar significados, os destinos dos corpos dos sujeitos e da cidade estão atrelados ao entendimento do urbano a pairar sobre seus caminhos, ou seja, é

nossa compreensão “fechada” de urbano que normatiza a forma como estruturamos nossas relações, sendo elas constitutivas da formação da cidade.

Não é preciso ir além para detectarmos essa dinâmica nos projetos que se propõem a transformar o Rio de Janeiro numa “capital” de eventos mundiais, como os traçados urbanísticos, a projeção da imagem da cidade pela “revitalização” da zona portuária, a construção de redes viárias de interligação da cidade, entre outras ações. Não se trata de minimizar a real necessidade de tornar o espaço físico da cidade propício ao seu crescimento desordenado e desigual. A questão é exatamente esta: tapumes na Linha Vermelha com desenhos coloridos, desapropriações e remoções de favelas, que beiram a usurpação física e moral, dão minimamente a tônica da lógica dessa sobreposição do urbano. Realidade que não está distante no tempo, cem anos antes, mesmo em outra ordem urbana. Os traçados urbanos da cidade são justificativas, muitas vezes veladas, para enfrentamentos que camuflam seus vértices sociais.

Basta uma breve leitura de alguns jornais do começo do século XX, como a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*. A construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), o desmanche do Morro do Castelo, a construção de pavilhões para

a Exposição Universal de 1922 e a retirada dos cortiços da área central dão uma prévia de como, não importando as conjecturas e leituras arquitetônicas vigentes, o social é apagado pelo urbano. Dessa forma, o espaço urbano é a materialização simbólica daquilo que nos colocamos a estudar.

O projeto de cidade implementado atualmente no Rio foi concebido segundo um modelo que visa, entre as principais estratégias difundidas internacionalmente, à preparação das cidades para megaeventos esportivos. Para entendermos sob qual lógica o Rio foi redimensionado, precisamos discutir a política urbana neoliberal que se disseminou como paradigma mundial. Esse debate explícita de que modo se firmaram os megaeventos esportivos internacionais como estratégias discursivas.

Cidade e sentido único

As estratégias de recuperação da economia a partir do pós-guerra revelaram um novo papel das cidades na reestruturação capitalista, atribuindo protagonismo aos governos locais. Em consequência da globalização, bem como de uma crise política dos Estados nacionais, as cidades tornaram-se centros direcionais da economia mundial. O fator econômico imprimiu-se como o grande impulsionador do novo papel das cidades, que, segundo

Compans (2005), se submeteu às decisões empresariais. Dessa forma, a ingerência dos Estados sobre a economia globalizada ficou fragilizada.

Uma nova trama institucional estaria sendo fundada numa rede internacional de governos locais articulados a organismos supranacionais de coordenação política e econômica. Os Estados nacionais comprometeram sua capacidade regulatória estatal e políticas econômicas porque uma interdependência se estabeleceu pela integração dos mercados de bens e serviços, prejudicando políticas fiscais, monetárias e salariais, fato que limitou o crescimento dos Estados.

O Estado regulador e a política de bem-estar social entraram em cena na primeira metade do século XX na Inglaterra, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, baseados nas teorias econômicas keynesianas. Compans (2005) adverte que a intervenção do Estado na relação trabalhista, como a instituição do salário mínimo, as negociações com os sindicatos e a expansão dos programas de bem-estar social aumentaram a produtividade. A conquista desses benefícios, entretanto, gerou uma pesada carga tributária para o Estado em virtude do contínuo aumento dos rendimentos dos trabalhadores e dos ganhos de produtividade. No final dos anos 60, a queda desses ganhos gerou movimentos

políticos e greves que pleiteavam benefícios para desempregados e imigrantes.

A década de 1970 consolidou a união de governos e empresas que trabalhavam no processo de reestruturação da economia, movimento “que se desdobraria por toda a década de 80, caracterizada pela desregulamentação, pela privatização e pelo desmantelamento do contrato social que havia assegurado a estabilidade do crescimento do modelo precedente” (COMPANS, 2005, p.48). Para a autora, a globalização foi consequência de um processo de reestruturação liderado por governos e empresários que compartilhavam dos mesmos interesses políticos e econômicos e que exigiram que os países do “terceiro mundo” adotassem o mesmo modelo com o objetivo de reproduzir no mundo a mesma fórmula de acumulação de capital.

A integração dos mercados financeiros mundiais, consolidada pelas novas tecnologias da informação, comprometeu a política monetária nacional. Compans (2005) ressalta que não só um modelo de intervenção estatal estava sendo colocado em xeque, mas também a própria ideia de economia nacional. A interdependência global entre as empresas prejudicou a atuação dos Estados nacionais, na medida em que segmentos abertos à

concorrência internacional tentavam igualar suas condições de produção, sobretudo as de trabalho, às praticadas pelas empresas transnacionais.

Essas empresas procuravam estabelecer-se em países que começavam a industrializar-se, pois os custos eram menores e os mercados menos regulados. Nesse sentido, houve uma inadequação dos Estados às exigências da nova dinâmica econômica que se formava, visto que a rigidez administrativa impossibilitava o acompanhamento das constantes mudanças e do controle dos fluxos globais. Diante do processo de deslegitimação política, os Estados nacionais passariam a atuar como aparatos burocrático-administrativos.

A influência dos Estados Unidos nesse cenário foi determinante, pois ajudou a consolidar o neoliberalismo como pensamento único a partir de políticas urbanas que propuseram novas formas de relacionamento entre o poder público e o setor privado, posteriormente reproduzidas em países europeus e, mais tarde, nos latino-americanos. Diante da estagnação econômica decorrente da decadência do modelo fordista e da crise fiscal do Estado, que fecharam fábricas e enfraqueceram as atividades portuárias, o presidente Ronald Reagan (1981-1989) instituiu uma conservadora reforma política de contenção de gastos

sociais, desregulamentando o mercado de trabalho, reduzindo impostos e privatizando empresas estatais, medidas que resultaram numa diminuição importante do repasse de verba federal às cidades.

Os governos locais foram pressionados pela opinião pública a desenvolver ações que promovessem o desenvolvimento econômico, assegurando a manutenção e a geração de empregos. Dessa forma, foram criadas parcerias com empresas privadas, que, segundo o governo Reagan, seria a única fonte possível para as renovações urbanas. Incentivos fiscais para o setor imobiliário e concessão de empréstimos públicos foram alguns dos muitos estímulos oferecidos às empresas privadas para a criação de infraestruturas e empreendimentos nas *Enterprise Zones*, áreas estratégicas de negócios que dispunham de um regime jurídico-urbanístico especial. As parcerias público-privadas converteram-se no principal fundamento da política urbana norte-americana.

Arantes (2012) defende que uma história americana fez das cidades máquinas produtoras de riquezas a partir de coalisões de elite que conformam especulação imobiliária e seus derivados. A intensificação dessa relação deslocou o interesse dos governos locais em ordenar amplas zonas para áreas específicas, como a “revitalização” de áreas centrais

e zonas portuárias. O caráter seletivo da política urbana norte-americana e a busca pelo crescimento econômico, em detrimento de programas sociais, impuseram-se na acirrada competição entre as cidades, resultando no aumento da segregação espacial.

O modelo de cidade empresarial norte-americano, viabilizado pelas parcerias público-privadas, se consolidou na “revitalização” de inúmeras cidades americanas. A “revitalização” da zona portuária de Baltimore ilustra os estudos de Harvey (1989), para quem o espetáculo urbano tem várias faces. As cidades americanas, nos anos 60, tiveram como espetáculo urbano manifestações que reivindicavam melhorias sociais, inclusive via eventos contraculturais, como os festivais de rock. Após o assassinato de Martin Luther King, em 1968, um pequeno grupo de políticos e empresários reuniu-se para pensar estratégias de recuperação da ordem urbana. Esses atores desejavam uma cidade-comunidade. Para isso, era necessário um símbolo que tanto ajudasse a população a superar o medo e o descontentamento cívico, como também atraísse os olhos do mundo para a cidade.

Nesse sentido, A *Baltimore City Fair* teve sua primeira edição em 1970 com o objetivo de celebrar a vizinhança e a diversidade étnica da cidade. O megaevento era a justificativa para uma renovação urbana que

mudaria a imagem da cidade: a “arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de *jouissance*, se tornou essencial para o sucesso de um projeto dessa espécie” (HARVEY, 1989, p. 91).

A construção do *Haborplace*, complexo arquitetônico à beira-mar que se tornou um centro globalizado de compras e entretenimento, até hoje atrai muitos turistas. Foi mais um empreendimento priorizado em detrimento dos problemas sociais locais. Assim como Baltimore, muitas outras cidades foram “revitalizadas”, intervenções urbanas que, para Harvey, são aspectos de espetáculos de megaeventos transitórios, como os Jogos Olímpicos ou grandes festivais de música.

O “sucesso” das políticas urbanas americanas atraiu o interesse da Grã-Bretanha por essas novas estratégias de operacionalização de intervenções urbanas. Para a criação de zonas empresariais, o governo britânico concedeu incentivos fiscais e financeiros às empresas para a construção de prédios comerciais e industriais, assim como selecionou áreas a serem “revitalizadas”. A adesão de parte da Europa ao modelo neoliberal de cidade foi determinante para a difusão das experiências norte-americanas e britânicas.

Congressos e seminários

foram organizados para discutir a “fórmula milagrosa” de operacionalização de grandes intervenções urbana, a saber, as parcerias público-privadas. Entre os seminários, destacamos o “Consenso de Washington”², cujo resultado indicava o modelo como “caminho único” para países emergentes que desejavam aderir ao capitalismo global. As políticas neoliberais seriam a solução para países latino-americanos que apresentavam inflação crônica na década de 80, como Peru, Bolívia, Venezuela, México, Argentina e Brasil.

Com efeito, verifica-se a difusão/imposição internacional de uma matriz ideológica chamada pelo jornalista e acadêmico Ignácio Ramonet (1995) de “pensamento único”, que pretende universalizar a ideologia neoliberalista, visto que aqueles que a representam, “os novos senhores do mundo”, instituíram “mandamentos” que tentam consolidar os interesses do capital internacional e são fartamente reproduzidos por diferentes atores sociais, entre eles, notadamente, a mídia. Essa imposição, no entanto, não é declarada e muito menos se imprime de forma simplificada. Os interesses de um grupo particular, no caso o do capitalismo, ocultam-se na construção de imaginários e em processos de identificação social. A dominação por particulares que se pretende universalizar e

os conflitos que dela emergem, são dissimulados num processo de inversão da realidade.

Recorremos aos estudos de Orlandi (1999) para pensarmos a ideologia neoliberal sob a égide do discurso. A autora desloca a noção de ideologia para uma formulação discursiva a partir da observação da linguagem. O fato de não haver sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. No movimento de interpretação dos objetos simbólicos, no qual perguntamos “o que isto quer dizer?”, a resposta praticamente vem automática, sem questionamentos, porque o sentido se apresenta como evidência, como se sempre estivesse ali. Interpretamos e ao mesmo tempo negamos a interpretação via mecanismo ideológico.

O sentido como evidência naturaliza-se na relação do histórico com o simbólico sem que se perceba a “espessura” e a “opacidade” da linguagem e da história, como se as determinações históricas fossem imutáveis. A ideologia trabalha com esse mecanismo de naturalização e apagamento da interpretação: “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 1999, p.46).

É sob essa lógica que entendemos o “pensamento único” sobre as cidades globais,

uma ideologia dissimulada no seu próprio funcionamento. Dissimulação possível pela utilização de diferentes estratégias discursivas, entre elas, os megaeventos internacionais e a “revitalização” de zonas portuárias degradadas como molas propulsoras do desenvolvimento econômico e social das cidades.

As mudanças econômicas ocorridas a partir da década de 70 levam Sassen (1998) a afirmar que a globalização, aliada à crise no sistema de *Bretton Woods*³, provocou uma reestruturação geográfica e temporal que criou uma “dualidade complexa”: a dispersão da atividade econômica, que ainda assim continuou mundialmente integrada. Isso demandou uma nova organização e estruturação das grandes cidades, ou seja, mesmo com a dispersão das fábricas, filiais e subsidiárias, além de “trabalhadores em casa” conectados às empresas, as cidades não se tornaram obsoletas. Pelo contrário, elas aumentaram seu poder econômico.

A globalização precisava de espaços especializados, e as cidades podiam oferecer tais espaços. Criava-se, dessa forma, uma rede mundial de cidades estratégicas, “uma nova geografia de centralidade”, capaz de estabelecer as conexões necessárias aos novos fluxos globais. São as “cidades globais”, conceito criado por Sassen em 1980, baseado na observação das redes de filiais das empresas,

das bolsas, das rotas comerciais e da cadeia de commodities das cidades de Nova York, Londres e Tóquio, cidades analisadas empiricamente pela autora.

Para Sassen (1998), as cidades globais constituem-se em um complexo de empresas prestadores de serviços que se beneficia das aglomerações urbanas, já que é setorialmente interdependente e precisa da proximidade física para atuar.

A prestação de serviços engloba questões financeiras, legais e de gerenciamento geral; inovação; desenvolvimento; projetos arquitetônicos; administração; pessoal; tecnologia da produção; manutenção; transporte; comunicações; distribuição das vendas por atacado; publicidade; serviços de limpeza para as empresas; segurança e armazenamento. Os principais componentes da categoria da prestação de serviços são uma cadeia de indústrias que atende ao mesmo tempo um mercado consumidor e empresarial: seguros, atividades bancárias, serviços financeiros, atividades imobiliárias, serviços legais, contabilidade e associações profissionais. (SASSEN, 1998, p. 78).

A conceituação de cidade global desenvolveu-se num período em que o enfraquecimento das estruturas rígidas da produção fordista e a dispersão espacial permitida pela tecnologia da informação transformaram

importantes centros industriais fordistas em áreas degradadas e abandonadas. As cidades globais são aquelas capazes de superar a desindustrialização e a degradação. A concentração de sedes das empresas transnacionais também atribuiu a essas cidades um papel estratégico na economia mundial. Essas empresas demandaram o crescimento do setor de serviços, um “novo núcleo econômico”. Vale lembrar que a autora não se refere a serviços tradicionalmente oferecidos pelas cidades, e sim a serviços específicos como contabilidade, informática, consultoria jurídica, seguros, publicidade, *marketing*, entre outros.

O ideário de cidade global intensificou-se no Brasil na década de 90, quando consultores catalães, liderados por Jordi Borja e Manuel Castells, visitaram diferentes cidades latino-americanas, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro, divulgando o “modelo de sucesso”: Barcelona 1992. Borja e Castells (1996 e 1997) e Sassen (1998) tornaram-se referências quando se trata de cidades adaptadas à economia globalizada. A apropriação desse ideário pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e pela mídia foi notória à época.

Borja e Castells (1996 e 1997) propagaram fortemente o modelo neoliberal de cidade. Atribuindo às cidades a condição de atores políticos, os autores afirmam que os signos do protagonismo

do modelo na vida política, econômica, social, cultural e nos meios de comunicação multiplicam-se. Nesse cenário, os prefeitos das grandes cidades são convertidos em líderes nacionais pelo destaque que alcançam nas instâncias política e midiática. Os planos estratégicos que, segundo os autores, têm como inovação a participação cívica, a descentralização dos governos locais e as parcerias público-privadas, são determinantes para que as grandes cidades latino-americanas sobressaiam como atores políticos e econômicos.

Corroboramos as críticas que Vainer (2012) e Sánchez (2010) fazem à materialização espacial e discursiva proposta pelos consultores catalães, norteadora das sucessivas gestões urbanas do Rio desde a década de 90 e legitimada pela imprensa hegemônica. Os discursos sobre esse modelo de cidade estruturam-se, segundo Vainer (2012), “na articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma *mercadoria*, a cidade é uma *empresa*, a cidade é uma *pátria*” (2012, p.77 – grifos de autor). Vainer chama atenção, entretanto, para o fato de que os atores políticos e sociais que enaltecem um modelo de cidade competitiva desprezam as especificidades locais e valorizam o interesse do capital transnacional por meio de “espaços para convenções e feiras, parques industriais

e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança...” (VAINER, 2012, p.79). O preço que se paga por esse modelo de cidade preparado para disputar o direito a ser escolhida como localização atraente para investimentos e megaeventos é alto.

Conforme defende Sánchez (2010), o clima de otimismo em cidades designadas para sediar megaeventos “é utilizado duplamente: para atrair a percepção externa em várias escalas e para potencializar o chamado ‘patriotismo de cidade’” (SÁNCHEZ, 2010, p. 500), articulações discursivas nas quais transparece a cidade atuando como empresa e como mercadoria. Para a autora, a cidade-mercadoria é uma das ideias mais populares dos neoplanejadores e, nessa dinâmica, o marketing urbano torna-se fundamental ao processo de planejamento e gestão das cidades. Nesse sentido, Sanchez (2010) e Vainer (2012) afirmam que preparar a cidade para receber megaeventos esportivos internacionais é um dos sustentáculos discursivos de um projeto ideológico de cidade.

Considerações finais

Pela discussão teórica apresentada neste artigo, observamos que a globalização como fenômeno social e seus

desdobramentos, como a política urbana neoliberal, gera uma prática discursiva de construção e difusão das significações necessárias à legitimação do fenômeno. Trata-se de uma operação ideológica em que o relativismo dessas significações não é bem-vindo, daí toda uma articulação discursiva para recalcar os conflitos que advêm da concepção de cidade neoliberal.

A imprensa hegemônica é determinante nessa lógica, na medida em que relativizar as significações do “Rio cidade global” compromete as representações construídas pelos discursos de uma gestão urbana neoliberal. Para Sodré (2005), a ideologia “globalista” é uma neobarbárie e os meios de comunicação reforçam esse cenário ao se alinharem aos interesses dos grupos hegemônicos.

Hoje, todavia, fica bastante claro que a linguagem *cria*, mais do que reflete a realidade. Em outras palavras, não é apenas designativa, mas principalmente *produtora* de realidade. E a mídia ou conjunto dos meios de comunicação de que se vale fortemente a ideologia globalista é, a exemplo da velha retórica, uma técnica política de linguagem. Mais ainda: potencializada ao modo de uma antropotécnica política – quer dizer, de uma técnica formadora ou interventora na consciência humana – para requalificar a

vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado (SODRÉ in: MORAES, 2005, p. 22 – grifos do autor).

Assim, o autor adverte que existe uma forma real da globalização e um formato midiático cujas representações da ideologia neoliberal são construídas por “jornalistas, financistas, professores, especialistas, artistas e tecnoburocratas de um modo geral” (SODRÉ In: MORAES,

2005, p. 39). No que concerne aos megaeventos esportivos internacionais, sobretudo os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, o formato midiático dá a ver a construção discursiva do consenso sobre um projeto neoliberal de cidade a estruturar-se no aprisionamento da polissemia de sentidos no sentido único de cidade global.

Recebido em 02/10/2016
Aprovado em 28/10/2016

Notas

(1) *Bus Rapid Transit* – corredor exclusivo de ônibus articulados, divulgado como modal de massa para desafogar o trânsito na cidade.

(2) O seminário *“The Political Economy of Policy Reform”*, realizado em 1993, “gerou um livro escrito em 1994 por John Williamson, economista liberal com passagem pela PUC-RJ, com um programa de estabilização e reformas econômicas que ele havia denominado de “Consenso de Washington”. O que Williamson propunha eram regras para a criação de circunstâncias favoráveis para que, nos países “emergentes”, técnicos altamente qualificados e conhecedores dos meandros técnico-burocráticos de suas respectivas administrações - os *“tecnopols”* -, pudessem assumir o poder político e implementar as reformas propostas pelo programa” (FERREIRA, 2003, p.138).

(3) As conferências de *Bretton Woods*, que definiram o Sistema *Bretton Woods* de gerenciamento econômico internacional, realizaram-se nas primeiras semanas de julho de 1944, nos Estados Unidos. Estas conferências reuniram 44 países, entre eles o Brasil, para estabelecer um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional, visando reconstruir o capitalismo mundial ainda sob os acontecimentos da segunda guerra, procurando evitar novos cataclismos como os que ocorreram durante a Grande Depressão dos anos 30. Dessa forma, criou-se um fundo encarregado de dar estabilidade ao sistema financeiro internacional bem como um banco responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação: o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco Mundial, apelidados então de os Pilares da Paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: RANTES, Otília, VAINER, C., MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: 2012.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BORJA, J; CASTELLS, M. **Local y Global**. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: United Nations for Human Settlements/Taurus/Pensamiento, 1997.
- _____. **As cidades como atores políticos**. Novos estudos CEBRAP, n.45, julho de 1996.
- CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: 1**. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo (SP): Imprensa São Paulo/ ANPUR/ UNESP, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.
- FORTUNA, V. O. **Rio do Porto Maravilha, Rio de sentidos: lutas simbólicas para um consenso discursivo de cidade global**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 2016.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- JAGUARIBE, B. **Imaginando a Cidade Maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos**. Compós, 2011.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- RAMONET, I. O pensamento único e os novos senhores do mundo. In: **Le Monde Diplomatique**. Maio, 1995.
- Versão traduzida disponível: http://www.culturabrasil.org/pensamentounico_ramonet.htm
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado global**. Chapecó, SC: Argos, 2010.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

- SENNETT, R. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SODRÉ, M. O globalismo como neobarbárie. In: Moraes, D. de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro. Record, 2005.
- SOUSA, M. C. P. de. **Pode o subúrbio falar?** A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 2015.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: 2012.
- _____. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: 2012.